

J.Macêdo S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	19
Balancos patrimoniais	21
Demonstrações de resultados	22
Demonstrações de resultados abrangentes	23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	24
Demonstrações dos fluxos de caixa	25
Demonstrações do valor adicionado	26
Notas explicativas às demonstrações financeiras	27
Ata da Reunião do Comitê de Auditoria	69
Declaração dos Diretores	70



Relatório da Administração 2015





Aos Senhores Acionistas e à Sociedade,

A Administração da **J. Macêdo S.A.** (“Companhia”), dentro do seu compromisso com a geração de valor para o Acionista e com a transparência, submete a apreciação de V.S.^{as} o resultado do exercício de 2015. As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas em nosso País, fundamentadas na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações emanadas da CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Mensagem da Administração

No ano de 2015 ocorreram importantes e significativos acontecimentos no mercado nacional. A retração da economia, inflação e queda de confiança do consumidor ocasionaram impactos no consumo da cesta básica. A desvalorização do Real frente ao Dólar refletiu significativamente nos custos da Companhia, principalmente no trigo, nosso principal insumo.

Mesmo com todo o cenário adverso apresentado, trabalhamos para passarmos por este movimento com o menor impacto possível. O ano de 2015 foi marcado pela busca incessante de oportunidades de redução de custos e aumento da eficiência. E com uma política interna de gastos austeros, conseguimos uma economia de 4,4% das despesas operacionais no comparativo com o ano anterior. Melhoramos nosso lucro líquido, que atingiu o montante de R\$ 87,4 milhões, um acréscimo de 9,9% sobre o valor de 2014.

Acreditamos estar no caminho certo. Em um cenário de preços voláteis, é importante estarmos preparados para entregar ao mercado o que ele deseja, atendendo os prazos e garantindo a qualidade esperada.

Entendemos que 2016 ainda será um ano de incertezas. Isso exigirá de nós cautela e austeridade, por meio de um planejamento criterioso e de uma execução precisa, para entregar aos nossos acionistas o desempenho financeiro desejado. Estamos certos de que temos os alicerces necessários para nossa sustentação, assim como o potencial para inovar, que garantirão nosso sucesso em médio e longo prazo. A palavra-chave será, portanto, eficiência, sem abrir mão da valorização de seu capital humano, engajando a todos para a concretização do crescimento da J. Macêdo, com foco constante no respeito às pessoas e na integridade, em todas as nossas atividades e relações.

A J. Macêdo agradece a dedicação e empenho de seus profissionais, o apoio dos acionistas e investidores e a confiança dos nossos clientes e fornecedores, pois os



resultados obtidos são frutos do comprometimento de todo o time que compõe a Companhia e suas operações. Compartilhamos com todos o mérito alcançado neste ano, além de estarmos convictos de que estamos preparados para os desafios que estão por vir.

A Administração



Destaques do período

- ✎ O lucro líquido do 4T15 foi de R\$ 53,0 milhões, um crescimento de 50,1% quando comparado aos R\$ 35,3 milhões do 4T14. Já no ano de 2015, o valor do lucro líquido atingiu o montante de 87,4 milhões, aumento de 9,9% quando comparado aos R\$ 79,5 milhões do ano anterior;
- ✎ A margem operacional no 4T15 foi de 12,7%, um acréscimo de 2,1 p.p. quando comparada aos 10,6% do mesmo trimestre do ano anterior. Em 2015 a margem apresentou um crescimento de 1,4 p.p. em relação a 2014, fechando em 7,6%. Trimestre a trimestre, nota-se o crescimento constante desse importante indicador da análise fundamentalista;
- ✎ As despesas operacionais no 4T15 alcançaram o montante de R\$ 89,9 milhões, valor 13,8% menor do que os R\$ 104,3 milhões do mesmo período do ano anterior. Em 2015 o valor das despesas operacionais foi de R\$ 389,6 milhões, montante 4,4% menor do que os R\$ 407,5 milhões de 2014;
- ✎ O volume de vendas no 4T15 alcançou a marca de 204,5 mil toneladas, incremento de 2,6% em relação as 199,4 mil toneladas do mesmo trimestre do ano anterior. O volume acumulado de 2015 foi de 770,0 mil toneladas, uma queda de 3,2% em relação as 795,5 mil toneladas de 2014;
- ✎ A receita bruta do 4T15 foi de R\$ 479,4 milhões, aumento de 7,9% no comparativo com os R\$ 444,1 milhões do 4T14. Já em 2015, a receita bruta alcançou o valor de R\$ 1.664,7 milhões, uma queda de 3,3% quando comparado aos R\$ 1.720,9 milhões de 2014;
- ✎ A receita líquida no 4T15 foi de R\$ 421,3 milhões, um incremento de 8,2% em relação aos R\$ 389,5 milhões do 4T14. Em 2015, a receita líquida somou 1.465,9 milhões, uma redução de 2,8% comparado aos R\$ 1.508,9 milhões de 2014;
- ✎ O EBITDA do 4T15 foi de R\$ 44,1 milhões, 13,2% menor do que os R\$ 50,8 milhões do mesmo período do ano anterior. Em 2015 registramos R\$ 136,0 milhões de EBITDA, valor 7,7% menor do que os R\$ 147,3 milhões de 2014;
- ✎ Os investimentos realizados no exercício somaram R\$ 79,8 milhões com foco em melhorias operacionais, ganho de produtividade, aumento da capacidade produtiva, uso de tecnologia de ponta e modernização das fábricas.

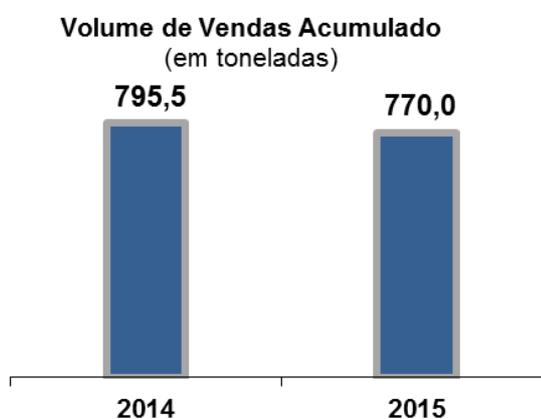
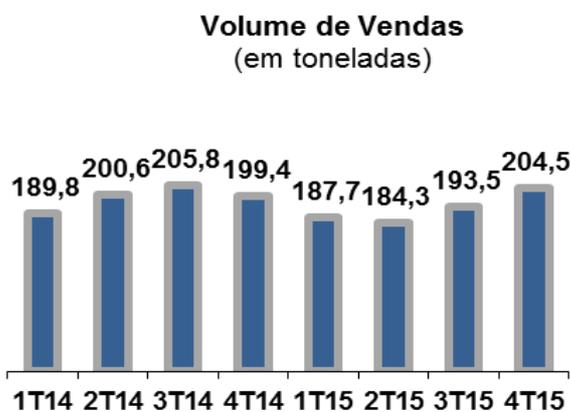


Principais destaques	4T15	4T14	4T15 X 4T14 (%)	2015	2014	2015 X 2014 (%)
Lucro Líquido	53,0	35,3	50,1%	87,4	79,5	9,9%
Margem Operacional (%)	12,7%	10,6%	2,1 p.p.	7,6%	6,2%	1,4 p.p.
Despesas Operacionais	(89,9)	(104,3)	-13,8%	(389,6)	(407,5)	-4,4%
Vendas em mil toneladas	204,5	199,4	2,6%	770,0	795,5	-3,2%
Receita Bruta	479,4	444,1	7,9%	1.664,7	1.720,9	-3,3%
Receita Líquida de Impostos	421,3	389,5	8,2%	1.465,9	1.508,9	-2,8%
EBITDA	44,1	50,8	-13,2%	136,0	147,3	-7,7%
Investimentos em imobilizado	28,7	49,0	-41,4%	79,8	114,6	-30,4%

Desempenho Operacional

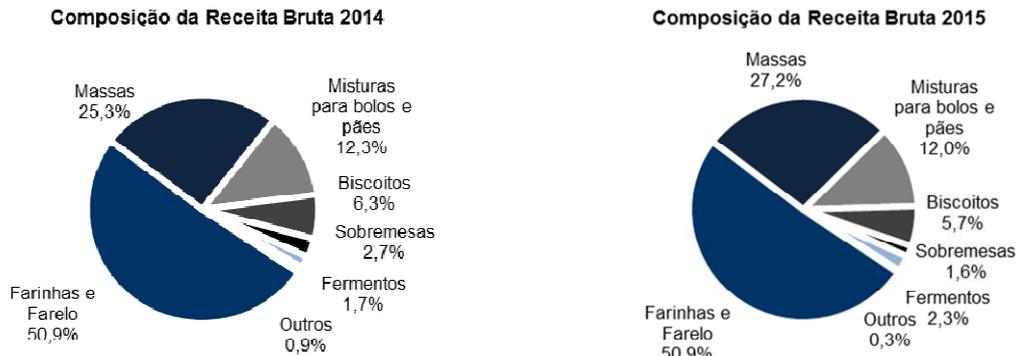
O volume de vendas apresentou um crescimento de 2,6% no 4T15 em comparação ao mesmo período do ano de 2014, atingindo 204,5 mil toneladas. O volume acumulado em 2015 atingiu 770,0 mil toneladas, uma redução de 3,2% em relação ao ano anterior. A Companhia manteve a política de priorizar a rentabilidade, adequando sua política comercial nas diversas categorias e canais. Abaixo, segue o volume de vendas da controladora.

Toneladas	4T15	4T14	4T15 X 4T14 (%)	2015	2014	2015 X 2014 (%)
Farinhas e farelo	145.971	143.551	1,7%	553.126	566.861	-2,4%
Massas	39.698	35.787	10,9%	143.910	140.562	2,4%
Misturas para bolos e pães	11.535	12.276	-6,0%	43.652	48.875	-10,7%
Biscoitos	3.873	4.379	-11,6%	15.474	18.240	-15,2%
Sobremesas	607	1.070	-43,3%	1.875	3.201	-41,4%
Fermentos	604	468	29,1%	2.149	1.668	28,8%
Subtotal Consumo	202.287	197.531	2,4%	760.186	779.407	-2,5%
Outros	2.239	1.867	19,9%	9.851	16.128	-38,9%
Total	204.526	199.398	2,6%	770.038	795.535	-3,2%

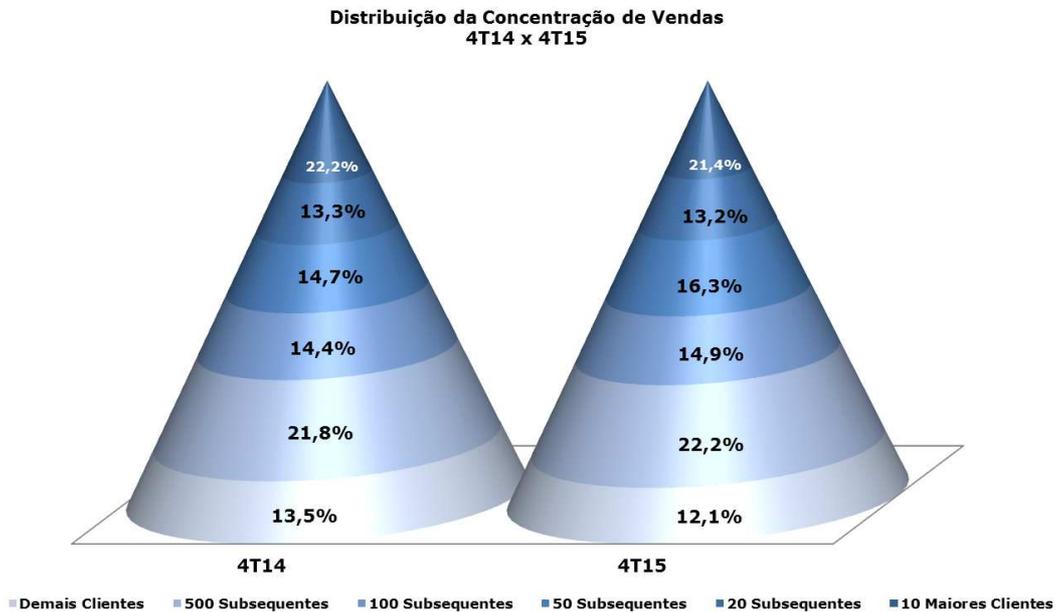




A participação das categorias na composição da receita bruta manteve-se relativamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior, contudo observa-se o crescimento de produtos com maior valor agregado, como fermentos e massas, conforme demonstrado abaixo:



Neste trimestre, o percentual da receita bruta dos 10 maiores clientes da Companhia representou 21,4% das vendas brutas, mantendo-se praticamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior.





DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO

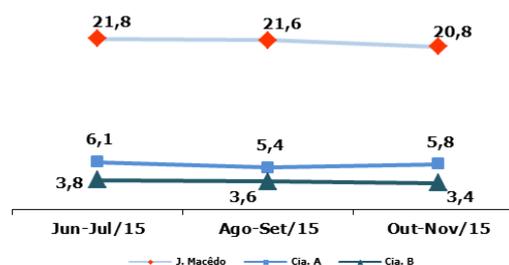
A Companhia apresenta, a seguir, as principais categorias e o desempenho por linha de produto. Desde 2014 que a ACNielsen mudou a metodologia aplicada para o levantamento da participação de mercado das empresas em cada segmento. Nesta nova metodologia, foram inseridos os estados do Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Pará e Amazonas, alterando dados de pesquisas anteriores. Os gráficos abaixo consideram estas alterações.

Farinhas e Farelo:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas apresentou queda de 10,5% do ano móvel 2014 (Dez/Jan-13 a Out/Nov-14) para 2015 (Dez/Jan-14 a Out/Nov-15). A participação de mercado em volume da Companhia caiu de 24,3% para 22,1% no mesmo período.

A pesquisa realizada pela ACNielsen não considera o segmento de panificação, o qual contribuiu sensivelmente para o crescimento dos volumes totais de Farinhas.

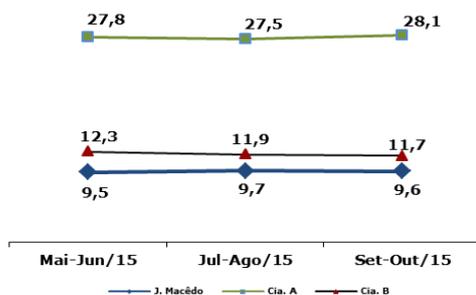
Market Share
Categoria Farinhas



A categoria de Farinhas e Farelo representou 49,2% da receita bruta da Companhia no 4T15 (4T14: 49,0%) e 50,9% no acumulado do ano (2014: 50,9%). A receita nesta categoria permaneceu praticamente estável, tanto do 4T14 para o 4T15, como no acumulado de 2014 para 2015.

Massas:

Market Share
Categoria Massas



Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Massas decresceu 0,6% no ano móvel de 2014 (Nov/Dez-13 a Set/Out-14) versus o ano móvel de 2015 (Nov/Dez-14 a Set/Out-15). A participação de mercado em volume da Companhia ficou estável em 9,7% no mesmo período.

A categoria de Massas representou 27,2% da receita bruta da Companhia em 2015. O faturamento neste segmento aumentou 1,9% em comparação ao ano anterior, de R\$ 434,7 milhões para R\$ 452,6 milhões.

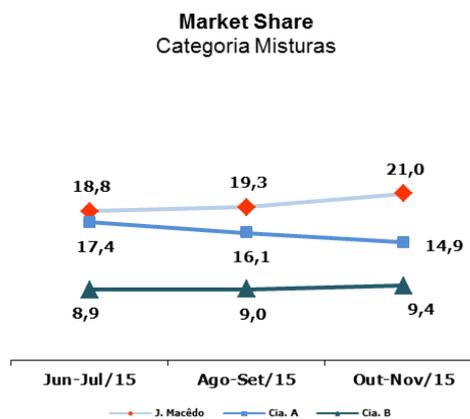


Em relação ao 4T15, a receita nesta categoria aumentou 1,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Misturas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Misturas cresceu 0,8% no ano móvel de 2014 (Dez/Jan-13 a Out/Nov-14) versus o ano móvel de 2015 (Dez/Jan-14 a Out/Nov-15). A participação de mercado em volume da Companhia decresceu de 28,1% para 23,0% no mesmo período.

A categoria de Misturas representou 12,0% da receita bruta da Companhia em 2015 (2014: 12,3%). O percentual de participação desta categoria se manteve praticamente estável de 2014 para 2015 e do 4T14 para 4T15.



Outras categorias:

A categoria de Biscoitos representou 5,2% da receita bruta no 4T15 (4T14: 5,9%). A receita nesta categoria diminuiu 6,1% do 4T14 para o 4T15. No ano de 2015, a receita foi de R\$ 95,4 milhões, uma queda de 11,9% quando comparada ao ano de 2014 (R\$ 108,3 milhões).

A categoria de Sobremesas representou 1,8% da receita bruta no 4T15 (4T14: 3,4%). A receita nesta categoria diminuiu 44,2% do 4T14 para o 4T15. No ano de 2015, a receita foi de R\$ 26,8 milhões, apresentando uma queda de 42,1% quando comparada ao ano de 2014 (R\$ 46,2 milhões).

A categoria de Fermentos representou 2,4% da receita bruta da Companhia no 4T15 (4T14: 1,8%). A receita nesta categoria cresceu 44,6% do 4T14 para o 4T15. No ano de 2015, a receita foi de R\$ 38,2 milhões, aumento de 34% em comparação a 2014 (R\$ 28,5 milhões).



Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Indicadores	4T15	4T14	4T15 X 4T14 (%)	2015	2014	2015 X 2014 (%)
Receita Bruta	479,4	444,1	7,9%	1.664,7	1.720,9	-3,3%
Receita Líquida de Impostos	421,3	389,5	8,2%	1.465,9	1.508,9	-2,8%
Lucro Bruto	128,5	148,6	-13,5%	500,6	530,4	-5,6%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	30,5%	38,1%	-7,6 p.p.	34,1%	35,1%	-1,0 p.p.
Resultado antes do IR	53,4	41,3	29,3%	110,7	94,2	17,5%
Margem Operacional (%)	12,7%	10,6%	2,1 p.p.	7,6%	6,2%	1,4 p.p.
EBITDA	44,1	50,8	-13,2%	136,0	147,3	-7,7%
Margem EBITDA (%)	10,5%	13,0%	-2,5 p.p.	9,3%	9,8%	-0,5 p.p.

RECEITA BRUTA

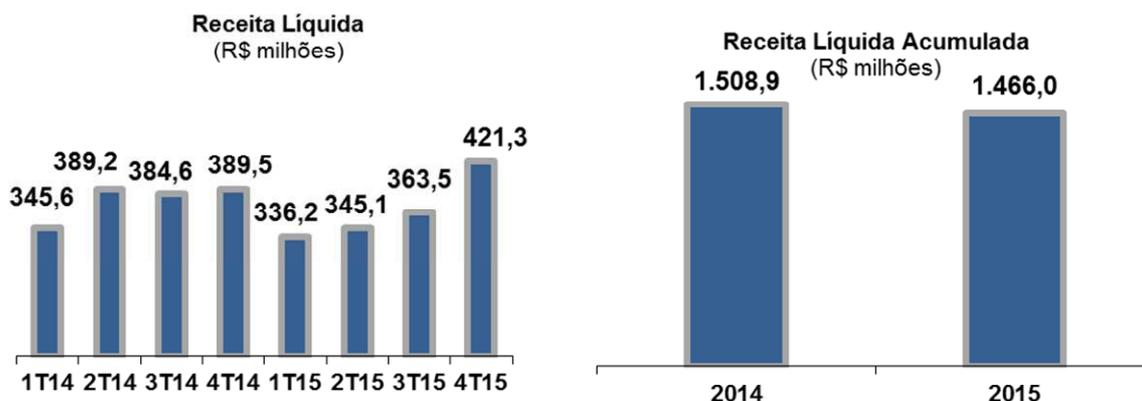
A receita bruta da Companhia totalizou R\$ 479,4 milhões no 4T15, um aumento de 7,9% em relação a igual período de 2014 (R\$ 444,1 milhões). A margem bruta passou de 38,1% no 4T14 para 30,5% no 4T15.

Em 2015, a receita bruta totalizou R\$ 1.664,7 milhões, uma queda de 3,3% quando comparada a 2014 (R\$ 1.720,9 milhões). A margem bruta foi de 34,1% em 2015 (2014: 35,1%).

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia somou R\$ 421,3 milhões no 4T15, um aumento de 8,2% em relação ao 4T14 (R\$ 389,5 milhões).

No ano de 2015, a receita líquida somou R\$ 1.465,9 milhões, apresentando um decréscimo de 2,8% em relação aos R\$ 1.508,9 milhões registrados no ano de 2014.





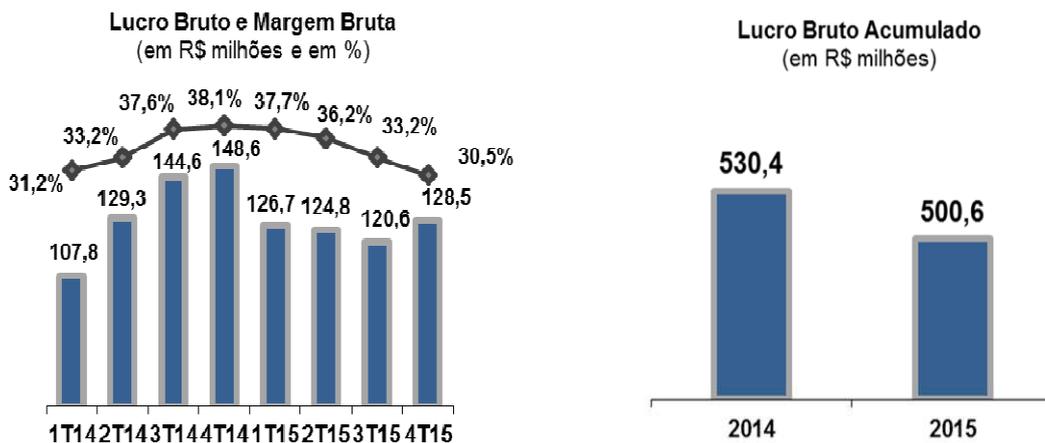
CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos nos 4T15 totalizaram R\$ 292,8 milhões, equivalentes a 69,5% da receita líquida, um aumento de 21,5% comparados aos R\$ 240,9 milhões (61,8% da receita líquida) registrados no 4T14.

No ano de 2015, os custos de bens e/ou serviços vendidos somaram R\$ 965,4 milhões, equivalentes a 65,9% da receita líquida, uma queda de 1,3% comparados aos R\$ 978,6 milhões (64,9% da receita líquida) registrados no ano de 2014.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 4T15 foi de R\$ 128,5 milhões, um decréscimo de 13,5% com relação aos R\$ 148,6 milhões registrados no 4T14. No trimestre, este lucro representa 30,5% da receita líquida, enquanto no mesmo período do ano anterior representava 38,1%.

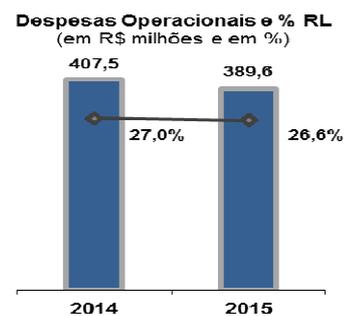


No ano de 2015, o lucro bruto foi de R\$ 500,6 milhões, 34,1% da receita líquida, uma queda de 5,6% quando comparados aos R\$ 530,4 milhões (35,1% da receita líquida) registrados no ano de 2014.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 4T15 totalizaram R\$ 89,9 milhões, correspondentes a 21,3% da receita líquida do mesmo período, 13,8% abaixo dos R\$ 104,3 milhões registrados no 4T14 (26,8% da receita líquida).

No ano de 2015, as despesas operacionais totalizaram R\$ 389,6 milhões, equivalentes a 26,6% da receita líquida, uma queda de 4,4% quando comparados aos R\$ 407,5 milhões (27,0% da receita líquida) registrados no ano de 2014.





Despesas Operacionais	4T15	4T14	4T15 X 4T14 (%)	2015	2014	2015 X 2014 (%)
Vendas	(79,3)	(71,9)	10,3%	(284,7)	(272,9)	4,3%
Gerais e Administrativas	(24,9)	(31,5)	-21,0%	(108,9)	(114,1)	-4,6%
Honorários da Administração	(2,1)	(1,5)	40,0%	(8,1)	(6,3)	28,6%
Depreciação/Amortização	(4,9)	(2,7)	81,5%	(13,2)	(10,6)	24,5%
Outras Despesas/ Receitas	21,3	3,3	545,5%	25,3	(3,6)	-802,8%
Total	(89,9)	(104,3)	-13,8%	(389,6)	(407,5)	-4,4%

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	4T15	4T14	4T15 X 4T14 (%)	2015	2014	2015 X 2014 (%)
Receitas Financeiras	51,1	17,7	188,7%	217,6	60,0	262,7%
Despesas Financeiras	(36,3)	(20,8)	74,5%	(218,0)	(88,6)	146,0%
Total	14,8	(3,1)	-577,4%	(0,4)	(28,6)	-98,6%

A Companhia registrou, no 4T15, resultado financeiro líquido de R\$ 14,8 milhões de receita, uma melhora de 577,4% quando comparado aos R\$ 3,1 milhões de despesa no mesmo período do ano anterior.

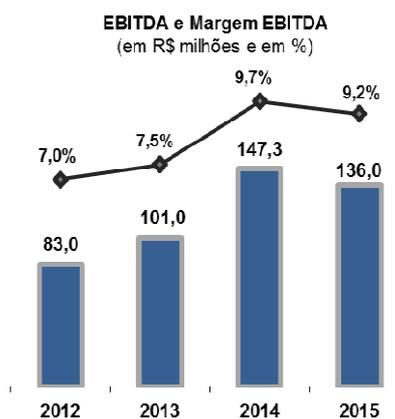
Em 2015, o resultado financeiro líquido da Companhia totalizou R\$ 0,4 milhões de despesa, uma queda de 98,6% quando comparado aos R\$ 28,6 milhões de despesa de 2014.

RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

A Companhia encerra o 4T15 com lucro operacional de R\$ 53,4 milhões, um crescimento de 29,3% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 41,3 milhões). Em 2015, a Companhia registrou R\$ 110,7 milhões de lucro, 17,5% superior aos R\$ 94,2 milhões de 2014.

O EBITDA (*lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações*) do 4T15 totalizou R\$ 44,1 milhões (margem de 10,5% da receita líquida), representando um decréscimo de 13,2% em relação aos R\$ 50,8 milhões (13,0% da receita líquida) do mesmo período do ano anterior.

O EBITDA de 2015 totalizou R\$ 136,0 milhões (margem de 9,3% da receita líquida), o que representa diminuição de 7,7% em relação aos R\$ 147,3 milhões (margem de 9,8% da receita líquida) de 2014.





Reconciliação do EBITDA	4T15	4T14	2015	2014
Lucro antes do IR e CS - LAIR	53,4	41,3	110,7	94,2
Depreciação/ Amortização Custos	4,0	3,7	15,1	13,9
Depreciação/ Amortização Despesas	4,9	2,7	13,2	10,6
Resultado Financeiro	(14,8)	3,1	0,4	28,6
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3,4)	-	(3,4)	-
EBITDA	44,1	50,8	136,0	147,3

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido registrado no 4T15 foi de R\$ 53,0 milhões, com margem líquida de 12,6%, enquanto no mesmo período do ano anterior o lucro líquido foi de R\$ 35,3 milhões, com margem líquida de 9,1%.

Em 2015, fechamos o ano com resultado positivo de R\$ 87,4 milhões e margem líquida de 6,0%, enquanto que em 2014 tivemos um lucro de R\$ 79,5 milhões (margem líquida de 5,3%), um aumento de 9,9%.

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	2015	2014	2015 X 2014 (%)	3T15	2015 X 3T15
Curto Prazo	231,5	165,7	39,7%	243,9	-5,1%
Empréstimos e Financiamentos	199,7	136,1	46,7%	229,6	-13,0%
Debêntures	31,8	29,6	7,4%	14,3	122,4%
Longo Prazo	279,3	221,9	25,9%	322,3	-13,3%
Empréstimos e Financiamentos	222,1	136,2	63,1%	250,9	-11,5%
Debêntures	57,2	85,7	-33,3%	71,4	-19,9%
Total Endividamento	510,8	387,6	31,8%	566,2	-9,8%
(-) Caixa	(223,9)	(139,7)	60,3%	(287,8)	-22,2%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(47,6)	(14,3)	232,9%	(71,3)	-33,2%
Dívida Líquida	239,3	233,6	2,4%	207,1	15,5%

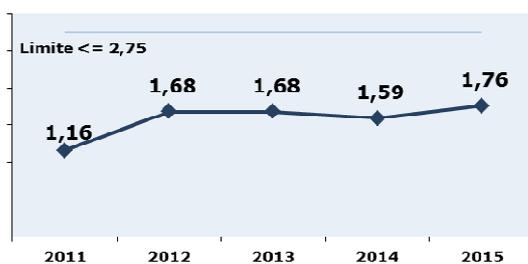
O endividamento líquido no 4T15 foi 2,4% maior quando comparado com o 4T14. O crescimento deve-se, principalmente, à execução do plano de investimentos da Companhia.

Quando comparado a relação dívida líquida versus Ebitda, percebe-se um aumento de 1,76x em 2015 contra 1,59x em 2014.

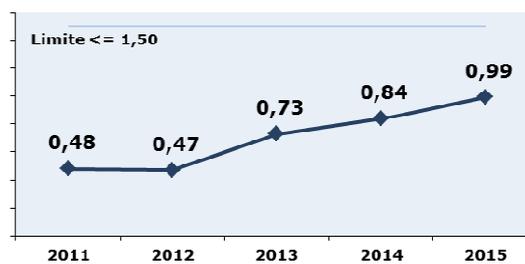


Covenants	2015	2014	2015 X 2014 (%)	3T15	2015 X 3T15
Dívida financeira líquida/Ebitda $\leq 2,75$	1,76	1,59	11,0%	1,45	21,2%
Dívida financeira bruta/Patrimônio líquido $\leq 1,50$	0,99	0,84	17,5%	1,19	-16,4%
Ebitda/Despesas financeiras líquidas $\geq 1,75$	340,0	5,14	N/A	7,80	N/A

Divida financeira líquida/Ebitda



Divida financeira bruta/Patrimônio líquido



Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida, continuaram em patamares robustos neste período, dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de financiamentos.

Investimentos

No 4T15, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 28,7 milhões, uma redução de 41,4% em relação aos R\$ 49,0 milhões investidos no 4T14.

Em 2015 os investimentos totalizaram R\$ 79,8 milhões, valor 30,4% menor que os R\$ 114,6 milhões do mesmo período do ano anterior.

Com a finalidade de melhorar sua competitividade e manter sua posição de liderança, a J. Macêdo segue com o plano de investimento traçado até 2017, principalmente em melhorias operacionais, focando em ganhos de produtividade com aumento da capacidade produtiva e na modernização das unidades com novas tecnologias.



Desempenho Setorial

DESEMPENHO DO TRIGO

Mercado Internacional

Após o fechamento do último trimestre, os últimos relatórios do *United States Department of Agriculture* (USDA) não trouxeram números muito diferentes com relação à oferta e demanda mundial de trigo para a safra 2015/2016. Os estoques iniciais e o consumo se mantiveram praticamente estáveis, enquanto que a produção teve um incremento de 0,45%, atingindo novo recorde de 734,93 milhões de Ton. Com isso, os estoques finais também foram para níveis recordes, 229,86 milhões de Ton (elevação de 1,46%). Permanece, portanto, o cenário de ampla oferta mundial.

Diante do confortável cenário de abastecimento, os preços em dólar estão no menor patamar desde 2007. No período de outubro a dezembro, as cotações na bolsa de Kansas, que precifica o trigo “*hard*”, variaram de USD 5,21/bu (em 7 de outubro) a USD 4,46/bu (cotação mínima em 2 de dezembro) e encerraram o ano a USD 4,66/bu. Além do recorde de produção e estoques, contribuíram para este cenário fatores macroeconômicos, como o fortalecimento do dólar frente a outras moedas, redução no crescimento da economia chinesa e o baixo preço do petróleo.

Mudança mais expressiva ocorreu no mercado de trigo da Argentina, que, após meses de estagnação, teve forte queda em dezembro, de USD 225/Ton para USD 195/Ton para o cereal com 12% de proteína, na condição *Free On Board (FOB)* embarcado no complexo de Up River. Tal baixa nos preços ocorreu em função da posse do novo presidente, Mauricio Macri, que, na primeira semana de seu governo, realizou importantes mudanças na economia e na política de exportação de grãos. Dentre as medidas anunciadas estão a liberação da taxa de câmbio, eliminação da distribuição de ROEs (licenças para exportação) e *retenciones* zero para exportação de trigo (equivalente a imposto de exportação, cuja alíquota estava em 23%).

Mercado Nacional

Em relação ao relatório do terceiro trimestre, tivemos mudanças consideráveis na safra nacional. Segundo o Levantamento de Safra divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a projeção de safra foi reduzida de 7,07 milhões de Ton, em setembro, para 5,63 milhões de Ton, em dezembro (redução de 20,4% no trimestre).

A quebra na safra pode ser atribuída à forte geada ocorrida em setembro e, principalmente, às chuvas excessivas que atingiram toda a região Sul durante os últimos 3 meses do ano, consequência do forte fenômeno “*El Niño*”. Além da perda em quantidade, verificou-se grande perda também em qualidade, sendo os principais problemas: baixos peso hectolítrico (PH) e *Falling Number*. No RS, segundo a própria CONAB, estima-se que apenas 33,5% do trigo produzido poderá ser utilizado para panificação.



Com relação aos preços, estes tiveram alta no período, dada a forte redução na oferta. No PR, as cotações do cereal terminaram o período entre R\$ 730/Ton (região oeste) e R\$ 800/Ton (região norte e centro-sul) na condição FOB, alta de aproximadamente 5%. Contribuiu para “frear” a alta nos preços as importações do Paraguai, que totalizaram mais de 170 mil Ton entre outubro e novembro (a média de janeiro a setembro foi inferior a 25 mil Ton mensais), segundo informação do MDIC.

A tendência para os próximos meses é de alta em função da baixa disponibilidade para atender a demanda do mercado interno até a entrada da próxima safra, prevista para meados de agosto.

Pessoas e Gestão

Investir de forma consistente e sustentável na capacitação e valorização do nosso time tem sido compromisso permanente da Companhia. Em 2015, a Companhia deu importantes passos para o fortalecimento das iniciativas de capacitação e desenvolvimento através da Academia J. Macêdo, lançada em setembro, e que tem como objetivo, promover o processo de educação continuada por meio de soluções inovadoras e integrada aos valores e propósitos da empresa, contribuindo para a nossa estratégia e negócio.

A Companhia deu continuidade ao Projeto de Carreira & Desenvolvimento com Avaliações 360° para todo o corpo gerencial e com consequente elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual.

O desafio de atrair e reter talentos é um processo contínuo. Nesse sentido, mais de 100 colaboradores cresceram em suas carreiras ao serem promovidos mediante processo de seleção interna, uma prática adotada pela Companhia que valoriza o capital humano e prioriza o preenchimento de vagas com profissionais que já a integram. Todo este esforço refletiu na redução de 4,6% pontos percentuais no turnover, comparando os anos de 2014 e 2015.

A Companhia tem investido cada vez mais na melhoria de seus canais de comunicação e implementando projetos e ações como o Diálogo com a Gestão e o Plantão no Turno. O primeiro reúne, mensalmente, todo o time para tratar sobre projetos estratégicos da Companhia, indicadores, resultados e reforçar os conceitos da Filosofia Empresarial da Companhia. O segundo fortalece a comunicação face a face com time que atua no turno da noite através de reuniões semanais com pautas pré-definidas e atendimento às demandas destes colaboradores.

Programas preventivos visando a saúde e qualidade de vida de nosso time continuaram como prática na Companhia.



Foram efetivados significativos investimentos em iniciativas da área de Pessoas & Gestão com o desenvolvimento do time e com segurança, saúde ocupacional e meio ambiente que resultaram em um diferencial tanto no processo de engajamento, como suporte aos desafios e compromissos assumidos pela empresa durante o ano.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes, foram prestados pela mesma, apenas serviços de Auditoria Externa.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro.

Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
J.Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da J.Macêdo S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da J.Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Yukie de Andrade Kato
Contadora CRC PR-052608/O-4 T-CE

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014	2015	2014
Caixa e equivalentes a caixa	6	65.838	127.590	103.773	139.668	Obrigações sociais e trabalhistas		16.350	28.070	16.517	28.228
Aplicações financeiras	7	120.122	-	120.122	-	Fornecedores	17	59.570	47.688	83.393	47.458
Contas a receber		148.799	151.066	174.434	149.546	Tributos a recolher	18	8.343	10.710	8.367	10.764
Contas a receber de clientes	8	143.685	143.825	169.283	143.768	Imposto de renda e contribuição social	18	856	9.058	870	9.113
Outras contas a receber		5.114	7.241	5.151	5.778	Empréstimos e financiamentos		200.926	143.454	199.738	136.107
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	11	-	-	3.863	2.568	Com terceiros	19	199.738	136.107	199.738	136.107
Estoques	9	168.114	177.108	136.057	157.583	Com partes relacionadas	11	1.188	7.347	-	-
Impostos e contribuições sociais a recuperar	10	61.891	58.719	61.944	58.770	Debêntures	20	31.750	29.644	31.750	29.644
Despesas antecipadas		2.160	2.679	2.160	2.679	Financiamento de impostos		2.909	2.531	2.909	2.531
Ativos não circulantes mantidos para venda		-	3.693	-	3.693	Arrendamentos mercantis financeiros	15.5	-	11.624	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	26.614	8.575	28.403	12.798	Dividendos e JCP a pagar	24.5	11.210	11.258	11.210	11.262
Total do ativo circulante		593.538	529.430	630.756	527.305	Instrumentos financeiros derivativos	31	2.142	223	2.273	658
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	11	22.317	824	22.317	824	Outras contas a pagar	21	23.648	29.217	23.746	29.354
Outros ativos não circulantes		72.386	32.765	72.386	32.765	Total do passivo circulante		357.704	323.477	380.773	305.119
Impostos e contribuições sociais a recuperar	10	50.911	31.283	50.911	31.283	Empréstimos e financiamentos		222.059	136.188	222.059	136.188
Instrumentos financeiros derivativos	31	21.475	1.482	21.475	1.482	Com terceiros	19	222.059	136.188	222.059	136.188
Outras contas a receber		4.734	8.562	4.739	8.562	Debêntures	20	57.160	85.720	57.160	85.720
Investimentos	13	21.703	32.812	64	64	Financiamento de impostos		2.957	2.773	2.957	2.773
Propriedades para investimentos	14	71.133	64.000	71.133	64.000	Outras contas a pagar	21	6.738	11.777	6.738	11.777
Imobilizado	15	416.581	363.363	417.667	374.132	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	35.692	13.257	35.692	15.698
Intangível	16	7.497	8.540	13.896	14.939	Provisão para contingências	22	8.683	8.453	8.683	8.453
Total do ativo não circulante		616.351	510.866	602.202	495.286	Provisão para perda com investimento	11	-	1.811	-	-
						Total do passivo não circulante		333.289	259.979	333.289	260.609
						Patrimônio líquido	24				
						Capital social	24.1	197.873	197.873	197.873	197.873
						Reservas de capital	24.2	601	601	601	601
						Reserva de lucros	24.3	296.291	235.386	296.291	235.386
						Ajustes de avaliação patrimonial	24.4	24.131	22.980	24.131	22.980
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		518.896	456.840	518.896	456.840
						Participação de não controladores		-	-	-	23
						Total do patrimônio líquido		518.896	456.840	518.896	456.863
						Total do passivo		690.993	583.456	714.062	565.728
Total do ativo		1.209.889	1.040.296	1.232.958	1.022.591	Total do passivo e patrimônio líquido		1.209.889	1.040.296	1.232.958	1.022.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Operações em continuidade					
Receita líquida de vendas	26	1.462.199	1.494.410	1.465.949	1.508.942
Custo das vendas	27.2	<u>(961.422)</u>	<u>(966.722)</u>	<u>(965.365)</u>	<u>(978.585)</u>
Lucro bruto		<u>500.777</u>	<u>527.688</u>	<u>500.584</u>	<u>530.357</u>
Despesas com vendas	27.2	(284.687)	(272.895)	(284.687)	(272.895)
Despesas gerais e administrativas	27.2	(108.020)	(113.327)	(108.920)	(114.170)
Honorários da administração	11	(8.140)	(6.325)	(8.140)	(6.325)
Depreciação e amortização		(13.168)	(10.583)	(13.168)	(10.583)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	29	25.454	(3.606)	25.440	(3.606)
Resultado de equivalência patrimonial	13	14.090	(3.053)	23	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>126.306</u>	<u>117.899</u>	<u>111.132</u>	<u>122.778</u>
Receitas financeiras	30	195.411	48.450	217.569	59.989
Despesas financeiras	30	<u>(211.192)</u>	<u>(72.395)</u>	<u>(218.003)</u>	<u>(88.581)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(15.781)</u>	<u>(23.945)</u>	<u>(434)</u>	<u>(28.592)</u>
Resultado antes dos impostos		110.525	93.954	110.698	94.186
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	12	(3.100)	(15.377)	(3.273)	(15.609)
Diferido	12	<u>(19.993)</u>	932	<u>(19.993)</u>	932
		<u>(23.093)</u>	<u>(14.445)</u>	<u>(23.266)</u>	<u>(14.677)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>87.432</u>	<u>79.509</u>	<u>87.432</u>	<u>79.509</u>
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	25	4,00473	3,64182		
Quantidade de ações em circulação no final do exercício:					
Ordinárias		11.496.411	11.496.411		
Preferenciais		<u>10.335.786</u>	<u>10.335.786</u>		
		<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício	87.432	79.509	87.432	79.509
Resultados abrangentes	1.151	(677)	1.151	(677)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.475	(677)	1.475	(677)
Realização do custo atribuído	(324)	-	(324)	-
Resultado abrangente total	88.583	78.832	88.583	78.832
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	88.583	78.832	88.583	78.832
Resultado abrangente total	88.583	78.832	88.583	78.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Incentivos fiscais					
Saldos em 1º de janeiro de 2014	197.873	601	13.801	1.521	160.554	23.879	-	398.229	24	398.253
Transações de capital com os sócios										
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	(1.521)	-	-	-	(1.521)	-	(1.521)
Participação empresa controlada	-	-	-	(16)	-	-	-	(16)	(1)	(17)
Outros resultados abrangentes										
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(278)	278	-	-	-
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	(621)	-	(621)	-	(621)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	79.509	79.509	-	79.509
Destinação do lucro										
Dividendos complementares	-	-	-	15.651	-	-	(15.651)	-	-	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(18.666)	(18.666)	-	(18.666)
Constituição de reserva legal (Nota 21.5)	-	-	3.975	-	-	-	(3.975)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 20)	-	-	-	-	41.421	-	(41.495)	(74)	-	(74)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	197.873	601	17.776	15.635	201.975	22.980	-	456.840	23	456.863
Transações de capital com os sócios										
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	(15.651)	-	-	-	(15.651)	-	(15.651)
Outros resultados abrangentes										
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(324)	324	-	-	-
Ajuste de incentivos fiscais	-	-	-	-	129	-	(129)	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	16	-	(16)	-	-	-
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	1.475	-	1.475	-	1.475
Baixa por incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	87.432	87.432	-	87.432
Destinação do lucro										
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(11.200)	(11.200)	-	(11.200)
Dividendos complementares	-	-	-	33.456	-	-	(33.456)	-	-	-
Constituição de reserva legal (Nota 23.5)	-	-	4.372	-	-	-	(4.372)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 22)	-	-	-	-	38.583	-	(38.583)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	197.873	601	22.148	33.440	240.703	24.131	-	518.896	-	518.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	87.432	79.509	87.432	79.509
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	27.208	23.391	27.402	23.576
Equivalência patrimonial	(14.090)	3.053	(23)	-
Resultado de ativo imobilizado baixado	371	979	371	979
Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	(9)	(256)	(9)	(256)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	1.261	10.943	1.261	10.789
Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	(282)	246	(282)	246
Constituição (reversão) de provisão para reestruturação	(5.928)	12.716	(5.928)	12.716
Créditos extemporâneo de ICMS/ INSS/ PIS/ COFINS	(29.711)	(22.444)	(29.711)	(22.444)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	109.975	39.573	111.451	39.334
IR e CS diferidos	19.994	(932)	19.994	(932)
Valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos	(72.413)	(3.998)	(86.391)	(6.122)
Incorporação e acervo	45	-	-	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	149	(3.208)	300	(3.272)
Estoques	9.276	(500)	21.808	(11.756)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	23.969	(1.066)	23.963	(1.078)
Arrendamento mercantil	(379)	-	-	-
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	(21.493)	(808)	(21.866)	(808)
Outros créditos	4.947	(902)	(20.628)	(815)
Fornecedores	11.882	(18.984)	35.685	(18.992)
Tributos a recolher	(10.575)	(3.653)	(10.640)	(3.635)
Financiamento de impostos	562	639	562	639
Obrigações sociais e trabalhistas	(11.720)	1.649	(11.711)	1.733
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	373	548	373	(12)
Provisão para contingências	(2.225)	(3.679)	(2.225)	(3.679)
Outras contas a pagar	(4.679)	(6.205)	(4.718)	(6.161)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	123.940	106.611	136.470	89.559
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Intangível	(1.006)	(1.969)	(1.006)	(1.969)
Imobilizado	(69.258)	(112.635)	(69.258)	(112.636)
Aplicação financeira	(120.122)	-	(120.122)	-
Recebimento de dividendos	1.486	1.524	-	-
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento	(188.900)	(113.080)	(190.386)	(114.605)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	(26.903)	(6.132)	(26.903)	(6.131)
Captação de empréstimos e financiamentos	246.748	190.797	245.453	190.442
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(195.111)	(123.449)	(195.111)	(123.449)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(12.457)	(8.519)	(12.457)	(8.519)
Amortização de principal de debêntures	(14.280)	-	(14.280)	-
Amortização de juros de debêntures	(27.689)	-	(27.689)	-
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	32.900	11.713	49.008	11.713
Caixa proveniente das atividades de financiamento	3.208	64.410	18.021	64.056
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(61.752)	57.941	(35.895)	39.010
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	127.590	69.649	139.668	100.658
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	65.838	127.590	103.773	139.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas	1.610.981	1.709.982	1.615.369	1.725.126
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.660.302	1.705.705	1.664.690	1.720.844
(-) Abatimentos e descontos	(52.757)	(23.617)	(52.757)	(23.617)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - reversão/ (constituição)	(2.965)	(756)	(2.965)	(756)
Outras receitas	6.401	28.650	6.401	28.655
Insumos adquiridos de terceiros	(1.156.086)	(1.265.025)	(1.160.618)	(1.277.614)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(991.318)	(898.404)	(995.069)	(910.271)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(166.620)	(331.689)	(166.772)	(331.839)
Perda/ recuperação de valores ativos	(1.129)	(17.616)	(1.129)	(17.616)
Outros	2.981	(17.316)	2.352	(17.888)
Valor adicionado bruto	454.895	444.957	454.751	447.512
Depreciação e amortização	(28.096)	(23.624)	(28.290)	(23.624)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	426.799	421.333	426.461	423.888
Valor adicionado recebido em transferência	209.503	45.397	217.595	59.989
Resultado de equivalência patrimonial	14.091	(3.053)	23	-
Receitas financeiras	195.412	48.450	217.572	59.989
Valor adicionado total a distribuir	636.302	466.730	644.056	483.877
Distribuição do valor adicionado	636.302	466.730	644.056	483.877
Pessoal	159.517	165.243	159.641	165.363
Remuneração direta	100.949	100.270	101.030	100.351
Honorários da administração	8.140	6.325	8.140	6.325
Benefícios	33.717	29.080	33.722	29.088
FGTS	11.242	9.225	11.242	9.225
Participação dos empregados nos lucros	1.654	15.526	1.654	15.526
Outros gastos	3.815	4.817	3.853	4.848
Impostos, taxas e contribuições	164.330	134.737	165.146	135.578
Federais	86.262	46.863	86.876	47.518
Estaduais	75.597	85.562	75.601	85.563
Municipais	2.471	2.312	2.669	2.497
Remuneração de capitais de terceiros	225.023	87.241	231.837	103.427
Despesas financeiras	211.895	72.395	218.709	88.581
Aluguéis e leasing	13.128	14.846	13.128	14.846
Remuneração de capitais próprios	87.432	79.509	87.432	79.509
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	18.666	-	18.666
Incentivos fiscais	6.445	41.495	6.445	41.495
Lucros retidos no exercício	80.987	19.348	80.987	19.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia e Controladas

1.1 Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitarem a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2 Reorganização societária

Em 17 de dezembro de 2015 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia.

Essa reorganização societária não representou qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, pois a Companhia já detinha o controle direto da entidade incorporada e teve como objetivo a simplificação da estrutura societária da Companhia.

O acervo líquido incorporado pela Companhia está assim representado:

Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	R\$
Ativo circulante	11.342
Ativo não Circulante	15.835
Total do ativo	<u>27.177</u>
Passivo circulante	11
Passivo não circulante	2.441
Total do passivo	<u>2.452</u>
Acervo líquido incorporado	<u><u>24.725</u></u>

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP.

A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas DFs separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2016.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável, benefícios de curto prazo a empregados, contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas e da operação controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2015 e 2014, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		2015	2014
a) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. ("Pico da Caledônia") (a)	Brasil	-	99,9
b) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
c) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

- (a) **Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado)** - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de "Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.", detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 01 ação. A Pico da Caledônia é uma empresa cujo objeto social é a industrialização de farinha e farelo de trigo e seus respectivos sucedâneos, subprodutos e resíduos de valor econômico; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios e/ou de terceiros. Seu capital social foi subscrito, em 2006, por bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza. Em 17 de dezembro de 2015 a Pico da Caledônia foi incorporada pela Companhia, conforme nota explicativa 2.
- (b) **Cipolin (sociedade de capital fechado)** - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 1985 sob a razão social de "Cipolin S.A.", detendo a controladora a propriedade de 100% do capital social da Companhia que é constituído por 459.773.063 ações. A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo, substancialmente da Argentina, para a J. Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.
- (c) **Tergran (sociedade de capital fechado)** - A operação controlada em conjunto com as empresas Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação controlada em conjunto (*joint operation*). A Tergran é uma empresa de propósito específico, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detida pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado da controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Controlada e operação controlada em conjunto

As demonstrações financeiras das controladas e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

A operação controlada em conjunto é aquela na qual o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos de suas controladas e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos de acordo com a participação na entidade.

4.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

4.3.1 *Transações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

4.3.2 *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

4.4 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Impostos diferidos

O Grupo, fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

4.5 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na nota explicativa 22.

4.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos - reconhecimento e mensuração

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “*swap*” e “*forwards*”, demonstradas na nota explicativa 31.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contatuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente registrados no resultado do exercício.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

a.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quanto tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Passivos financeiros não derivativos-mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da Companhia, são classificadas como patrimônio líquido.

4.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

4.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para o CPC (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo.

(iii) **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa 15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.9 Arrendamentos mercantis

No começo de um contrato o Grupo define se ele é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- b. O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

4.10 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

4.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Trimestralmente, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

b. Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações financeiras, líquida de qualquer reembolso.

4.14 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.15 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

4.16 Resultado por ação

O lucro por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores do Grupo e a média de ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado por meio da média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor no exercício apresentado, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

4.17 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente do Grupo para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações do Grupo na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, mistura para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermento. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das

operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, o Grupo concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

4.18 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou as demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

5.1 IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38).
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Bancos conta movimento	7.838	12.614	30.639	18.049
Equivalentes de caixa	58.000	114.976	73.134	121.619
	65.838	127.590	103.773	139.668

Os equivalentes de caixa se referem a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,77% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (31 de dezembro de 2014: 100,89%) e estão destinadas à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

A Controlada Cipolin S.A. mantém seus recursos aplicados no Banco Safra - NY, em certificados de depósitos com correção de 0,25% a.a., com prazo de 6 meses, no valor total de R\$ 14.809, e próximo vencimento para 06/01/2016. Estas aplicações não possuem qualquer restrição de saque, estando disponíveis para resgate imediato.

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa.

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações financeiras	120.122	-	120.122	-
	120.122	-	120.122	-

As aplicações financeiras se referem a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,77% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Clientes no país	152.660	155.317	178.258	155.260
Desconto de verbas contratuais	(7.920)	(10.428)	(7.920)	(10.428)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.055)	(1.064)	(1.055)	(1.064)
	143.685	143.825	169.283	143.768

Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prazo:				
Valores a vencer:	141.608	147.305	167.206	147.248
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	7.687	6.567	7.687	6.567
de 31 a 60 dias	2.203	260	2.203	260
de 61 a 90 dias	143	80	143	80
Acima de 90 dias	1.019	1.105	1.019	1.105
	152.660	155.317	178.258	155.260

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	(1.064)	(1.320)
Constituição de provisão	(1.680)	(1.686)
Reversões e baixas	1.689	1.942
Saldo final	(1.055)	(1.064)

Na nota explicativa 31.2.2 está demonstrado o montante de contas a receber por tipo de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Produtos acabados	40.596	42.608	40.596	42.631
Matérias primas	42.537	63.001	42.537	63.001
Materiais de produção	15.713	17.510	15.713	17.510
Materiais de manutenção e outros	6.503	5.923	6.526	5.923
Produtos em processo	3.905	192	3.905	192
Importação em andamento (a)	58.860	47.874	26.780	28.326
	168.114	177.108	136.057	157.583

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de adiantamentos com a controlada Cipolin foi de R\$ 32.080 (31 de dezembro de 2014: R\$ 19.548).

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias primas e materiais de manutenção. Segue abaixo a movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora e consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	(4.676)	(3.747)
(Adições)/ Reversões	(282)	(929)
Saldo final	(4.958)	(4.676)

10 Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora					
	2015			2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	8.790	16.668	25.458	12.481	16.511	28.992
ICMS a apropriar (b)	12.392	3.842	16.234	26.489	-	26.489
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.770	4.417	6.187	2.650	3.395	6.045
Imposto de renda a compensar	11.133	-	11.133	4.533	-	4.533
PIS a compensar (c)	6.265	4.634	10.899	2.525	1.399	3.924
COFINS a compensar (c)	20.519	21.350	41.869	9.294	6.447	15.741
Outros impostos e contribuições	1.022	-	1.022	747	3.531	4.278
	61.891	50.911	112.802	58.719	31.283	90.003

	Consolidado					
	2015			2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	8.790	16.668	25.458	12.481	16.511	28.992
ICMS a apropriar (b)	12.392	3.842	16.234	26.489	-	26.489
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.770	4.417	6.187	2.650	3.395	6.045
Imposto de renda a compensar	11.133	-	11.133	4.583	-	4.583
PIS a compensar (c)	6.265	4.634	10.899	2.525	1.399	3.924
COFINS a compensar (c)	20.519	21.350	41.869	9.294	6.447	15.741
Outros impostos e contribuições	1.075	-	1.075	748	3.531	4.279
	61.944	50.911	112.855	58.770	31.283	90.053

Os impostos e contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- (a) Referem-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, e, ao ICMS extraordinário do farelo de anos anteriores;
- (b) Tratam-se de pagamentos antecipados de ICMS substituição tributária que serão apropriados no momento da venda; e
- (c) Crédito decorrente de pagamentos a maior e sobre aquisição de insumos e decorrente de ação transitada em julgado em 20 de fevereiro de 2015, no valor de R\$ 17.064, do direito de compensar o valor do indébito correspondente aos pagamentos dos tributos sobre a parte que excedeu a base de cálculo constitucionalmente prevista na importação.

11 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo.

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

J.Macêdo Alimentos S.A.

J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

MAC-DO Administração e Participações S.A.

BDM Participações Ltda.

Operação controlada em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na nota explicativa 4.1.

Empresas controladas

Pico da Caledônia. - Companhia controlada, constituída em 2004, conforme nota explicativa 4.1. e incorporada conforme nota explicativa 2.

CIPOLIN S.A. - Companhia controlada, adquirida de sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A., conforme nota explicativa 4.1.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, pela ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo J. Macêdo, e sobre estes valores não incide qualquer encargo financeiro.

Segue abaixo quadro das operações entre as partes relacionadas:

Companhia	Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Ativo circulante					
Cipolin S.A.	Adiantamento com fornecedor	32.080	19.548	-	-
Cipolin S.A. (a)	Empréstimos a receber	-	-	3.863	2.568
		32.080	19.548	3.863	2.568
Ativo não circulante					
J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações	Empréstimos a receber	20.363	-	20.363	-
J. Macêdo Alimentos S.A.	Empréstimos a receber	1.954	824	1.954	824
		22.317	824	22.317	824
Passivo circulante					
Pico da Caledônia (b)	Arrendamento mercantil	-	(11.624)	-	-
Pico da Caledônia	Empréstimos a pagar	-	(6.159)	-	-
Tergran	Empréstimos a pagar	(1.188)	(1.188)	-	-
		(1.188)	(18.971)	-	-
Companhia	Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Resultado					
Cipolin	Custo com importação de trigo	258.936	232.616	-	-
Pico da Caledônia	Despesa de deprec. dos bens arrendados	437	650	437	650
Pico da Caledônia	Despesas de juros com arrendamento financeiro	1.255	1.401	-	-
Pico da Caledônia	Despesas de aluguéis dos bens arrendados	418	1.783	-	-
Tergran	Custos portuários	2.304	2.043	-	-
		263.350	238.493	437	650

- (a) Empréstimos e recebíveis entre Cipolin e J. Macêdo Alimentos S.A;
- (b) Valor presente dos pagamentos mínimos do Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, das unidades industriais de Fortaleza e Salvador.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.080 (R\$ 13.000/ano 2015 e R\$ 15.000/ano 2014), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. Em 31 de dezembro de 2015, as despesas com honorários da Administração foram de R\$ 8.140 (31 de dezembro de 2014: R\$ 6.325). A provisão para participação nos resultados está demonstrada na nota explicativa 28.

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por aval, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, no que concerne a garantias, receberam avais da controladora J.Macêdo Alimentos S.A., representando em 31 de dezembro de 2015, 51,09% (31 de dezembro de 2014: 49,43%) do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados nas notas explicativas 19 e 20.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	6.034	6.930	6.034	6.930
Diferenças temporárias				
Provisão para perda ao valor recuperável	294	296	294	296
Provisão para perdas com estoques	1.247	1.300	1.247	1.300
Provisão para contingências	3.658	2.351	3.658	2.351
Provisão de honorários de êxito	1.187	2.233	1.187	2.233
Programa de participação nos resultados	217	3.338	217	3.338
Perda operação "swap"	68	13.205	68	13.205
Outras provisões	2.186	5.815	2.186	5.815
Total diferido ativo	14.891	35.468	14.891	35.468
Ágio Chiarini	(1.780)	(1.780)	(1.780)	(1.780)
Ganho operação "swap"	(13.375)	(16.257)	(13.375)	(16.257)
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.574)	(8.852)	(9.574)	(11.293)
Valor justo propriedades para investimentos	(17.000)	(15.844)	(17.000)	(15.844)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(3.682)	(2.667)	(3.682)	(2.667)
Diferença depreciação fiscal	(5.172)	(3.325)	(5.172)	(3.325)
Total diferido passivo	(50.583)	(48.725)	(50.583)	(51.166)
Total de imposto diferido líquido	(35.692)	(13.257)	(35.692)	(15.698)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Corrente				
Imposto de renda	(2.211)	(10.650)	(2.338)	(10.821)
Contribuição social	(889)	(4.727)	(935)	(4.788)
	<u>(3.100)</u>	<u>(15.377)</u>	<u>(3.273)</u>	<u>(15.609)</u>
Diferidos				
Imposto de renda	(13.490)	1.260	(13.490)	1.260
Contribuição social	(6.503)	(328)	(6.503)	(328)
	<u>(19.993)</u>	<u>932</u>	<u>(19.993)</u>	<u>932</u>
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(23.093)	(14.445)	(23.266)	(14.677)

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	110.526	93.954	110.699	94.186
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	37.579	31.944	37.638	32.023
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	5.252	4.899	5.252	4.899
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	7.866	5.630	7.866	5.630
Adições temporárias				
Provisões temporárias	36.580	21.817	36.580	21.817
Realização de ajustes temporais	12.105	-	12.105	-
IR e CS diferida sobre adições temporárias				
Receitas de realizações futuras	19.993	(932)	19.993	(932)
Outros Itens	-	(290)	-	(290)
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	(49.833)	(6.575)	(49.833)	(6.575)
Benefício fiscal - juros sobre capital próprio	-	(6.347)	-	(6.347)
Exclusões temporárias				
Provisões realizadas	(28.543)	(12.043)	(28.543)	(12.043)
Realização de ajustes temporais	(912)	-	(912)	-
Reversão de provisões temporárias	(2.015)	-	(2.015)	-
Ganho de incentivos fiscais	(13.118)	(15.422)	(13.118)	(15.422)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(1.421)	(7.622)	(1.421)	(7.622)
Ajuste negativo do imposto de renda de exercícios anteriores	-	16	-	16
Outros	(440)	(630)	(326)	(630)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	23.093	14.445	23.266	14.677
Alíquota efetiva	20,89%	15,37%	21,02%	15,58%

13 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Participações em empresas controladas e operação controlada em conjunto	15.240	26.349	-	-
Ágio (nota explicativa 16)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	21.703	32.812	64	64

	2015		2014		
	Tergran	Cipolin	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin
Informações sobre as controladas:					
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	459.773.063	2.193.000	999	459.773.063
Participação no capital total e votante:	33,33%	100%	33,33%	99,90%	100,00%
Ativo circulante	4.989	68.823	5.834	11.778	18.250
Ativo não circulante	3.273	-	3.841	15.648	-
Total de ativos	8.262	68.823	9.675	27.426	18.250
Passivo circulante	945	56.022	855	1.553	20.061
Passivo não circulante	-	-	-	2.441	-
Total de passivos	945	56.022	855	3.994	20.061
Capital social	9.204	10.576	9.204	18.389	10.576
Patrimônio líquido	7.317	12.801	8.820	23.432	(1.811)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.503)	13.136	(390)	1.567	(4.489)
Movimentação dos investimentos	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin	Total	Total
Saldo inicial	2.940	23.409	-	26.349	30.846
Dividendos a receber	-	-	-	-	(2.619)
Equivalência patrimonial (a)	(501)	1.432	11.325	12.256	(1.241)
Ajuste por incorporação (b)	-	(24.864)	-	(24.864)	-
Ajuste por aumento de participação	-	23	-	23	-
Varição cambial de investimento no exterior	-	-	1.476	1.476	(621)
Participação empresa controlada	-	-	-	-	(16)
Saldo final	2.439	-	12.801	15.240	26.349

- (a) O resultado de equivalência patrimonial da Cipolin no exercício foi positivo em R\$ 13.136, que corresponde a R\$ 11.325 de lucro líquido registrado na conta de investimento e de R\$ 1.811 registrados como baixa da provisão para perdas com investimentos.
- (b) Resultado correspondente a incorporação da Pico da Caledônia conforme nota explicativa 2.

14 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas pela empresa CPCON Gestão Patrimonial e Soluções Integradas Ltda, avaliadores independentes sediados no estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com a NBR 14653-2.

Os imóveis registrados como propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	64.000	63.984
Reclassificações (a)	3.733	-
Ganho líquido de ajuste a valor justo	3.400	16
Saldo final	71.133	64.000

- (a) Se referem a reclassificações de Imóveis destinados a venda para Propriedades para investimentos, conforme o CPC 28 - Propriedade para Investimento.

15 Imobilizado

15.1 Controladora

15.1.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2015			2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.441	-	27.441	17.913	-	17.913
Edificações e outros imóveis	3,20	167.545	(65.762)	101.783	173.526	(79.958)	93.568
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	246.423	(133.888)	112.535	211.406	(110.540)	100.866
Instalações	10,23	26.980	(9.626)	17.354	20.418	(6.851)	13.567
Móveis e utensílios	10,00	9.529	(6.603)	2.926	8.907	(5.936)	2.971
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.482	(6.719)	763	7.796	(6.598)	1.198
Veículos	16,91	9.684	(4.324)	5.360	8.309	(3.005)	5.304
Outros	18,16	6.924	(4.183)	2.741	6.544	(3.319)	3.225
		502.008	(231.105)	270.903	454.819	(216.207)	238.612
Imobilizado em andamento	-	115.783	-	115.783	107.264	-	107.264
Adiantamento a fornecedores	-	29.895	-	29.895	17.487	-	17.487
		647.686	(231.105)	416.581	579.570	(216.207)	363.363

15.1.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2014	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2015
Terrenos (a)	17.913	9.490	-	38	-	27.441
Edificações e outros imóveis	93.568	1.300	-	11.520	(4.605)	101.783
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	100.866	7.722	(149)	18.736	(14.640)	112.535
Instalações	13.567	3.058	-	2.951	(2.222)	17.354
Móveis e utensílios	2.971	531	(1)	(13)	(562)	2.926
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.198	160	(36)	2	(561)	763
Veículos	5.304	1.628	(163)	-	(1.409)	5.360
Outros	3.225	699	(22)	(1)	(1.160)	2.741
Imobilizado em andamento	107.264	30.658	-	(22.139)	-	115.783
Adiantamento a fornecedores	17.487	23.502	-	(11.094)	-	29.895
	363.363	78.748	(371)	-	(25.159)	416.581

(a) O saldo em Adições se refere a incorporação da Pico da Caledônia pela Companhia.

15.2 Consolidado

15.2.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2015			2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.441	-	27.441	27.403	-	27.403
Edificações e outros imóveis	3,20	170.310	(67.714)	102.596	176.291	(81.792)	94.499
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	248.803	(136.031)	112.772	213.786	(112.614)	101.172
Instalações	10,23	27.276	(9.915)	17.361	20.713	(7.138)	13.575
Móveis e utensílios	10,00	9.592	(6.637)	2.955	8.969	(5.968)	3.001
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.590	(6.825)	765	7.904	(6.703)	1.201
Veículos	16,91	9.684	(4.324)	5.360	8.309	(3.005)	5.304
Outros	18,16	6.922	(4.183)	2.739	6.545	(3.319)	3.226
		<u>507.618</u>	<u>(235.629)</u>	<u>271.989</u>	<u>469.920</u>	<u>(220.539)</u>	<u>249.381</u>
Imobilizado em andamento (a)	-	115.783	-	115.783	107.264	-	107.264
Adiantamento a fornecedores	-	29.895	-	29.895	17.487	-	17.487
		<u>653.296</u>	<u>(235.629)</u>	<u>417.667</u>	<u>594.671</u>	<u>(220.539)</u>	<u>374.132</u>

(a) Referem-se, substancialmente, a investimentos para o aumento da capacidade de estocagem de trigo na unidade de Salvador e aumento da capacidade produtiva e modernização, com novas tecnologias, na unidade de São José dos Campos.

15.2.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2014	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2015
Terrenos	27.403	-	-	38	-	27.441
Edificações e outros imóveis	94.499	1.300	-	11.520	(4.723)	102.596
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	101.172	7.724	(149)	18.736	(14.712)	112.771
Instalações	13.575	3.058	-	2.951	(2.223)	17.361
Móveis e utensílios	3.001	531	(1)	(13)	(563)	2.955
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.201	160	(36)	2	(562)	765
Veículos	5.304	1.628	(163)	-	(1.410)	5.359
Outros	3.226	699	(22)	(1)	(1.161)	2.741
Imobilizado em andamento	107.264	30.658	-	(22.139)	-	115.783
Adiantamento a fornecedores	17.487	23.502	-	(11.094)	-	29.895
	<u>374.132</u>	<u>69.260</u>	<u>(371)</u>	<u>-</u>	<u>(25.354)</u>	<u>417.667</u>

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 3.671 (31 de dezembro de 2014: R\$ 6.814). A taxa média utilizada para capitalização foi de 12,25% a.a. (31 de dezembro de 2014: 11,39% a.a.).

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

15.3 Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Depreciação	(24.653)	(20.572)	(24.848)	(20.757)
Despesa com amortização	(2.049)	(2.398)	(2.049)	(2.398)
Depreciação do custo atribuído	(506)	(421)	(506)	(421)
Depreciação/amortização no exercício	<u>(27.208)</u>	<u>(23.391)</u>	<u>(27.403)</u>	<u>(23.576)</u>

15.4 Ativos concedidos em garantias

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Grupo possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras e processos tributários, conforme apresentado abaixo:

Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Máquinas e equipamentos	79.834	68.920
Edificações	74.363	57.667
Instalações	12.426	9.433
Móveis e utensílios	1.775	1.743
Terrenos	13.240	6.300
Imobilizado em andamento	95.329	94.092
Outros	1.861	2.089
	<u>278.828</u>	<u>240.244</u>

15.5 Arrendamentos mercantis financeiros

O Grupo possuía contratos de arrendamentos com a Pico da Caledônia, e em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil eram classificados como arrendamentos financeiros.

Conforme nota explicativa 2, devido a realização da incorporação, em 31 de dezembro de 2015 o Grupo não possui mais contratos de arrendamento financeiro, em 31 de dezembro de 2014 os saldos são os apresentados abaixo:

Tipo	Prazo do contrato (anos)	2014		
		Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Estabelecimentos industriais:				
Custo original	21 e 22	45.310	(36.514)	8.796
Custo atribuído	-	<u>17.820</u>	<u>(1.848)</u>	<u>15.972</u>
		<u>63.130</u>	<u>(38.362)</u>	<u>24.768</u>

(*) Valor presente dos aluguéis mínimos

16 Intangível

	Controladora		Consolidado		Total
	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Ágio na aquisição de investimentos (a) Indefinida	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida		
Vida útil					
Custo					
Em 31 de dezembro de 2014	47.448	6.399	47.448		53.847
Adições	1.006	-	1.006		1.006
Em 31 de dezembro de 2015	48.454	6.399	48.454		54.853
Amortização					
Em 31 de dezembro de 2014	(38.908)	-	(38.908)		(38.908)
Amortização	(2.049)	-	(2.049)		(2.049)
Em 31 de dezembro de 2015	(40.957)	-	(40.957)		(40.957)
Valor contábil líquido					
Em 31 de dezembro de 2015	7.497	6.399	7.497		13.896
Em 31 de dezembro de 2014	8.540	6.399	8.540		14.939

- (a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.
- (b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP e estes serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Nacionais	52.273	38.414	52.318	38.184
Estrangeiros	7.297	9.274	31.075	9.274
	59.570	47.688	83.393	47.458

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação, em 31 de dezembro de 2014 e 2015, entre 7 e 60 dias, não havendo títulos vencidos.

18 Tributos a recolher

	Controladora					
	2015			2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	5.673	-	5.673	9.697	-	9.697
Imposto de renda e Contribuição Social	856	-	856	-	-	-
INSS retido	425	-	425	550	-	550
ISS retido	297	-	297	352	-	352

Outros	1.948	-	1.948	111	-	111
	<u>9.199</u>	<u>-</u>	<u>9.199</u>	<u>10.710</u>	<u>-</u>	<u>10.710</u>

	Consolidado					
	2015			2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	5.673	-	5.673	9.697	-	9.697
Imposto de renda e Contribuição Social	870	-	870	-	-	-
INSS retido	425	-	425	550	-	550
ISS retido	297	-	297	353	-	353
Outros	1.972	-	1.972	164	-	164
	<u>9.237</u>	<u>-</u>	<u>9.237</u>	<u>10.764</u>	<u>-</u>	<u>10.764</u>

19 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxa de Juros (a.a)		Controladora e Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
FINAME (b)	Pré-fixado	3% a 6%	3% a 6%	22.706	16.471
FINEM BNDES (b)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,5%	2,45% à 4,5%	119.013	86.866
Crédito rural	Pré-fixado	10,50%	5,50% à 6,5%	9.645	13.141
Moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	1,67% a 3,01%	1,75% a 3,30%	241.559	139.447
Imobilizado (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	2,07% a 5,35%	2,24% a 2,38%	28.874	16.370
				<u>421.797</u>	<u>272.295</u>
Circulante				(199.738)	(136.107)
Não circulante				<u>222.059</u>	<u>136.188</u>

- (a) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (b) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (c) Operação 4131 com "Swap" para CDI conforme nota explicativa 31.2.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
2016	-	63.227
2017	139.497	37.847
2018	22.886	12.585
A partir de 2019	59.676	22.529
	<u>222.059</u>	<u>136.188</u>

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais foram adequadamente cumpridos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e equivalentes a caixa, e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício. Estas transações se referem a FINIMP, nas quais o pagamento dos bens ocorre diretamente pelas instituições financeiras, não transitando os recursos no caixa da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o montante foi de R\$ 28.874 (31 de dezembro de 2014: R\$ 15.004).

20 Debêntures (controladora e consolidado)

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Circulante	31.750	29.644
Não circulante	57.160	85.720
	88.910	115.364

Em 31 de dezembro de 2015 o valor provisionado de juros foi R\$ 3.190 (31 de dezembro de 2014: R\$ 15.364).

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
2016	-	28.560
2017	28.560	28.560
2018	28.600	28.600
	57.160	85.720

Características da oferta

Debêntures	2ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	100
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	30/09/2018

21 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Provisões operacionais (a)	3.412	9.856	3.412	9.856
Fretes a pagar	11.013	8.695	11.013	8.695
Provisão de honorários de êxito (b)	4.269	8.028	4.269	8.028
Verbas diretas	5.551	4.892	5.551	4.892

Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (c)	2.541	5.896	2.541	5.896
Comissões a representantes	545	512	545	512
Outros	3.055	3.115	3.153	3.252
	<u>30.386</u>	<u>40.994</u>	<u>30.484</u>	<u>41.131</u>
Circulante	<u>(23.648)</u>	<u>(29.217)</u>	<u>(23.746)</u>	<u>(29.354)</u>
Não circulante	<u>6.738</u>	<u>11.777</u>	<u>6.738</u>	<u>11.777</u>

- (a) Se referem, em 31 de dezembro de 2015, substancialmente, às provisões para reestruturação, em decorrência da parada das atividades na filial situada em Jaguaré - SP, cujo volume de produção foi transferido para a unidade situada em São José dos Campos - SP.
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro 2015, houve mudança no critério de avaliação, antes só eram constituídas provisões para causas possíveis e remotas e agora somente para as possíveis.
- (c) Saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., pelo montante de R\$ 28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 05 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, incide a variação do CDI.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
2016	-	7.106
2017	1.536	1.827
2018	1.584	2.844
A partir de 2019	<u>3.618</u>	-
	<u>6.738</u>	<u>11.777</u>

22 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado			
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>1.558</u>	<u>5.669</u>	<u>1.018</u>	<u>8.245</u>
Provisões	-	3.849	750	4.599
Reversão de provisões	(8)	(1.282)	(394)	(1.684)
Pagamentos/depósitos	-	(3.678)	(1)	(3.679)
Encargos financeiros	<u>165</u>	<u>653</u>	<u>154</u>	<u>972</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.715</u>	<u>5.211</u>	<u>1.527</u>	<u>8.453</u>
Provisões	2.131	4.817	2.067	9.015
Reversão de provisões	(1.416)	(1.263)	(603)	(3.282)
Pagamentos/depósitos	-	(1.759)	(466)	(2.225)
Encargos financeiros	218	733	243	1.194
(-) Depósitos judiciais	<u>-</u>	<u>(4.472)</u>	<u>-</u>	<u>(4.472)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>2.648</u>	<u>3.267</u>	<u>2.768</u>	<u>8.683</u>

(a) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 266.716 (31 de dezembro de 2014: R\$ 241.136), constituídas por R\$ 137.595 (31 de dezembro de 2014: R\$ 126.909) relativa a tributos federais; R\$ 128.110 (31 de dezembro de 2014: R\$ 113.458) relativa a impostos estaduais e R\$ 1.011 (31 de dezembro de 2014: R\$ 768) relativa a tributos municipais.

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 31 de dezembro de 2015, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 51.208 (31 de dezembro de 2014: R\$ 57.477).

Em 31 de dezembro de 2015, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 6.817 (31 de dezembro de 2014: R\$ 6.753). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

(c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 11.967 (31 de dezembro de 2014: R\$ 8.705).

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como réu refere-se, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

A J. Macêdo S.A. é parte ativa em alguns processos em que pode haver uma eventual contingência. São casos onde a companhia entrou com processo para questionar valores (ação declaratória de nulidade de títulos e sustações de protestos), mas pode correr o risco de perder e ter que pagar os valores tidos como indevidos, no montante de R\$ 2.006. Nenhum destes casos denominados de “ativos contingentes” estão classificados como perda provável, apenas possível e remota.

O Grupo possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	2015	2014
Tributária	171.429	153.359
Trabalhista	7.978	10.244
Cível	<u>6.806</u>	<u>7.032</u>
	<u>186.213</u>	<u>170.635</u>

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível. As demais causas possíveis não possuem valor superior a R\$10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

I) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 25.131, lavrado contra a Companhia em 25.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Autor: Estado de São Paulo

I) Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 25.230, lavrado contra a Companhia em 21.11.1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.

II) Execução Fiscal no valor de R\$ 19.004, oriundo do Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 18.10.2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Após julgamento improcedente de Recurso Especial pelo TIT/SP, aguardamos o ajuizamento da Execução Fiscal para apresentação de Embargos à execução. Ajuizada Execução Fiscal nº 1500148-30.2015.8.26.0577.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

I) Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27.03.2006, no valor de R\$ 24.648 por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento deste imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

23 Subvenções governamentais (Controladora)

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia fez jus a R\$ 38.583 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2014: R\$ 39.431). Em 31 de dezembro de 2015, não possuiu base para cálculo do lucro da exploração. Em 31 de dezembro de 2014 apurou R\$ 1.990 relativo a subvenções federais.

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

23.1 ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias e redução de 75%, por 10 anos, de 2015 até 2024, na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27.06.1963, Decreto 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular junto à SUDENE.

23.2 PROVIN (Estado do Ceará)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela financiada, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

23.3 DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009 e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

23.4 PRODESIN (Estado de Alagoas)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante

incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

Abaixo, segue quadro resumo dos incentivos federais e estaduais constituídos, totalizando, em 2015, uma reserva de R\$ 240.687.

	Benefício de Incentivos fiscais			Reserva de lucros: Incentivos fiscais	
	Federais	Estaduais	Total	Constituída	A constituir
2008	1.259	23.097	24.356	(24.356)	-
2009	-	24.273	24.273	(24.273)	-
2010	-	25.558	25.558	(16.442)	9.116
2011	-	26.100	26.100	(29.591)	(3.491)
2012	915	23.667	24.582	(29.761)	(5.625)
2013	-	35.686	35.686	(36.132)	-
2014	1.843	39.578	41.421	(41.421)	-
2015	128	38.583	38.711	(38.711)	-
	<u>4.145</u>	<u>236.542</u>	<u>240.687</u>	<u>(240.687)</u>	<u>-</u>

24 Patrimônio líquido (Controladora)

24.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	2015	2014
Capital social	<u>197.873</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios são distribuídos somente no caso da Companhia apresentar lucro no exercício após excluídos os saldos de reserva legal e reserva de incentivos fiscais.

24.2 Reserva de capital/ lucros - Incentivos fiscais federais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda, registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme a Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais federais é registrado na conta de Reserva de Lucros.

24.3 Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais

Refere-se ao incentivo fiscal estadual de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na nota explicativa 23.

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2014, o ajuste de avaliação patrimonial reflexa representava a participação da Companhia sobre o custo atribuído contabilizado por sua controlada Pico da Caledônia. Com a realização da Incorporação da Pico da Caledônia pela Companhia, conforme citado na nota explicativa 4, o ajuste passou a compor o saldo da Companhia.

24.5 Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

	Controladora	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	87.432	79.509
(-) Reserva legal - 5%	(4.372)	(3.975)
	83.060	75.534
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	324	278
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	(38.583)	(41.495)
Base de cálculo dos dividendos	44.801	34.317
(=) Dividendo mínimo obrigatório (25%)	11.200	8.579
(-) Juros sobre capital próprio calculado	-	18.666
Juros sobre capital próprio - limite do mínimo obrigatório	-	8.579
Juros sobre capital próprio - excedente ao mínimo obrigatório	-	10.087
Dividendos complementares propostos	33.601	15.651
Ajuste de incentivos fiscais	(129)	-
Ajuste de exercícios anteriores	(16)	-
Dividendos complementares propostos líquido de ajustes	33.456	15.651
Dividendos por ação	2,05209	0,71686

O valor de R\$ 33.456, referente aos dividendos complementares do lucro líquido do exercício de 2015, foi reconhecido na conta Reserva de Retenção de Lucros, aguardando a deliberação da AGO/E, a ser realizada no ano de 2016.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 11.210, dos quais R\$ 11.200 se refere a dividendos propostos do exercício corrente e a diferença de R\$ 10 se refere a R\$ 6 de saldo de dividendos propostos nos exercícios anteriores da Companhia e R\$ 4 de dividendos oriundos da incorporação da Pico da Caledônia.

24.6 Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

25 Resultado por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais no montante de R\$ 82.183 e a respectiva quantidade de ações em circulação, conforme quadro abaixo:

	Controladora	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	87.432	79.509
Lucro atribuível aos acionistas	87.432	79.509
Quantidade de ações em circulação	21.832	21.832
Ordinárias	11.496	11.496
Preferenciais	10.336	10.336
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	4,00473	3,64182

Em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

26 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita bruta de vendas	1.660.302	1.705.705	1.664.690	1.720.843
(-) Impostos	(145.345)	(156.297)	(145.983)	(156.903)
(-) Devoluções	(22.900)	(23.617)	(22.900)	(23.617)
(-) Abatimentos	(29.858)	(31.381)	(29.858)	(31.381)
	1.462.199	1.494.410	1.465.949	1.508.942

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

27 Custos e despesas operacionais

27.1 Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Matérias-primas e embalagens	(751.239)	(770.610)	(751.239)	(770.610)
Pessoal	(182.169)	(185.477)	(184.418)	(185.477)
Serviços de terceiros e fretes	(256.674)	(281.004)	(257.429)	(281.004)
Depreciação e amortização	(28.096)	(24.374)	(28.291)	(24.374)
Outros	(157.259)	(108.387)	(158.903)	(121.093)
	(1.375.437)	(1.369.852)	(1.380.280)	(1.382.558)

27.2 Por função

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Custos dos produtos vendidos	(961.422)	(966.722)	(965.365)	(978.585)
Despesas com vendas	(284.687)	(272.895)	(284.687)	(272.895)
Despesas gerais e administrativas (a)	(129.328)	(130.235)	(130.228)	(131.078)
	(1.375.437)	(1.369.852)	(1.380.280)	(1.382.558)

(a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

28 Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ordenados e salários	(69.059)	(68.390)	(69.942)	(69.196)
Custos de previdência social	(22.658)	(20.096)	(22.963)	(20.351)
Participação nos resultados	(1.654)	(15.526)	(1.654)	(15.526)
	(93.371)	(104.012)	(94.559)	(105.073)

O Grupo concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

29 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Outras receitas (despesas) líquidas (1)	13.634	(2.309)	13.644	(2.309)
Créditos extemporâneos (2) e (3)	12.435	28.044	12.435	28.044
(Provisão)/ reversão para reestruturação (4)	5.928	(12.716)	5.928	(12.716)
Reversão honorários de êxito	3.758	(8.028)	3.758	(8.028)

Ganhos decorrentes da variação no valor justo das propriedades para investimentos	3.400	16	3.400	16
Venda de ativos	107	(170)	107	(170)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.261)	(756)	(1.261)	(756)
Contingências líquidas	(6.104)	(3.888)	(6.104)	(3.888)
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	<u>(6.443)</u>	<u>(3.799)</u>	<u>(6.444)</u>	<u>(3.799)</u>
	<u>25.454</u>	<u>(3.606)</u>	<u>25.463</u>	<u>(3.606)</u>

- (1) Refere-se, substancialmente, a crédito de PIS e COFINS sobre importação.
- (2) Crédito extemporâneo de ICMS referente as operações de transferência de farinhas entre unidades;
- (3) Recuperação de contribuição previdenciária recolhida a maior.
- (4) Em cumprimento ao CPC 25, foi constituída uma provisão para respaldar o custo de fechamento da Unidade de Jaguaré, utilizando-se de estimativas que levam em conta os custos dos ativos, despesas de indenizações com o pessoal, com verbas rescisórias e benefícios e o provável custo de demolição do edifício.

30 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
Variações monetárias e cambiais passivas	(134.392)	(34.290)	(134.392)	(34.290)
Ajuste a valor de mercado de derivativos	(36.749)	(15.840)	(44.805)	(32.010)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(34.268)	(17.534)	(34.268)	(17.550)
Outras despesas financeiras	(2.817)	(1.662)	(1.552)	(1.662)
Outras despesas de juros	(2.288)	(2.229)	(2.288)	(2.229)
Tarifas bancárias	<u>(678)</u>	<u>(840)</u>	<u>(698)</u>	<u>(840)</u>
Despesas financeiras	<u>(211.192)</u>	<u>(72.395)</u>	<u>(218.003)</u>	<u>(88.581)</u>
Ajuste a valor de mercado de derivativos	105.762	20.750	127.796	32.227
Variações monetárias e cambiais ativas	62.770	15.233	62.770	15.233
Rendimentos de aplicações financeiras	24.337	9.591	24.371	9.653
Descontos obtidos	1.338	1.671	1.338	1.671
Outras receitas financeiras	963	259	1.056	259
Outras receitas de juros	<u>241</u>	<u>946</u>	<u>238</u>	<u>946</u>
Receitas financeiras	<u>195.411</u>	<u>48.450</u>	<u>217.569</u>	<u>59.989</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(15.781)</u>	<u>(23.945)</u>	<u>(434)</u>	<u>(28.592)</u>

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

31.1 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

31.1.1 Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca

corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) e CPC 46 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2 e não houve mudança entre níveis ao longo do exercício. Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Abaixo, seguem os ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2015	2014	2015	2014
Empréstimos e recebíveis				
Banco conta movimento	7.838	12.614	7.838	12.614
Equivalente de caixa	58.000	114.976	58.000	114.976
Aplicações financeiras	120.122	-	120.122	-
Contas a receber	143.685	143.825	143.685	143.825
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	22.317	824	22.317	824
Ativos financeiros derivativos				
Operação de "swap"	48.089	10.057	48.089	10.057
	<u>400.051</u>	<u>282.296</u>	<u>400.051</u>	<u>282.296</u>
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	421.797	272.295	496.010	302.346
Debêntures	88.910	115.364	88.910	115.364
Fornecedores	59.570	47.688	59.570	47.688
Arrendamentos mercantis financeiros	-	11.624	-	11.624
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.188	7.347	1.188	7.347
Passivos financeiros derivativos				
Operação de "swap"	2.142	223	2.142	223
	<u>573.607</u>	<u>454.541</u>	<u>647.820</u>	<u>484.592</u>

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2015	2014	2015	2014
Empréstimos e recebíveis				
Banco conta movimento	30.639	12.614	30.639	18.049
Equivalente de caixa	73.134	114.976	73.134	121.619
Aplicações financeiras	120.122	-	120.122	-
Contas a receber	169.283	143.768	169.283	143.768
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	26.180	3.392	26.180	3.392
Ativos financeiros derivativos				
Operação de “swap”	48.089	10.057	48.089	10.057
Operação de “forward”	1.789	4.223	1.789	4.223
	<u>469.236</u>	<u>289.030</u>	<u>469.236</u>	<u>301.108</u>
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	421.797	272.295	496.010	302.346
Debêntures	88.910	115.364	-	115.364
Fornecedores	83.393	47.458	83.393	47.458
Passivos financeiros derivativos				
Operação de “swap”	2.142	223	2.142	223
Operação de “forward”	131	435	131	435
	<u>596.373</u>	<u>435.775</u>	<u>581.676</u>	<u>465.826</u>

31.2 **Objetivos para gestão de risco financeiro**

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, operações de swap, debêntures, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

31.2.1 **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro

de 2015 e 2014.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(64.432)	(29.611)	(64.432)	(29.611)
	(64.432)	(29.611)	(64.432)	(29.611)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros				
Equivalente de caixa	58.000	114.976	73.134	121.620
Aplicações financeiras	120.122	-	120.122	-
Derivativos	48.089	10.057	49.878	14.280
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(357.365)	(242.684)	(357.365)	(242.684)
Debêntures	(88.910)	(115.364)	(88.910)	(115.364)
Derivativos	(2.142)	(223)	(2.273)	(658)
	(222.206)	(233.238)	(205.414)	(222.806)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

2015	Aumento/redução em %	Efeito, em reais, no lucro antes da tributação
		-25
	-50	(5.989)

2014

-25 (2.307)
-50 (4.613)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira do Grupo.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege (hedge) de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos cinco meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários do Grupo em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de swap e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e “NDFs”. As operações consistem na troca da variação cambial (dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média pré-fixada de 0,39 % (31 de dezembro de 2014: 0,66%).

	Valor <i>Notional</i> (Reais)	Valor justo		Resultado no exercício
		Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	
31 de dezembro de 2015				
Risco de taxa de câmbio				
Instrumentos financeiros Derivativos	205.778	48.089	2.142	(69.013)
	Circulante	26.614	2.142	
	Não circulante	21.475	-	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou uma despesa de R\$ 36.749 e uma receita de R\$ 105.762 (31 de dezembro de 2014: despesa de R\$ 4.910) no resultado financeiro.

A controlada Cipolin contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção das variações de moeda em suas operações de venda de trigo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o valor dos derivativos da posição comprada totalizou R\$ 73.020 (31 de dezembro de 2014: R\$ 23.134). O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ativos totalizou R\$ 1.659 (31 de dezembro de 2014: R\$ 4.223), enquanto que os instrumentos financeiros derivativos passivos totalizaram R\$ 131 (31 de dezembro de 2014: R\$ 435). A controlada apurou um ganho de R\$ 16.140 (31 de dezembro de 2014: perda R\$ 5.832) registrada no resultado financeiro (Ajuste a valor de mercado).

Abaixo segue demonstrativo de que os empréstimos e financiamentos são 100% garantidos por

meio de contratos de swap.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	205.778	141.438	205.778	164.572
Fornecedor em moeda estrangeira (a)	7.297	9.274	31.075	9.274
Contrato de swap (b)	(205.778)	(141.438)	(205.778)	(164.572)
Exposição líquida (a-b)	7.297	9.274	31.075	9.274
			Efeito no lucro antes da tributação	
	Aumento/redução em %		Controladora	Consolidado
2015				
Reais		25	7.122	30.331
		50	14.244	60.662
2014				
Reais		25	6.157	6.157
		50	12.314	12.314

Risco de preço de commodities

O Grupo é afetado pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, o Grupo desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities.

O Grupo monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

O Grupo buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda. O Grupo opera com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

31.2.2 Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contava com quinze clientes (31 de dezembro de 2014: quinze clientes) que deviam ao Grupo mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 33,0% (31 de dezembro de 2014: 36,5%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos do Grupo, 66% (31 de dezembro de 2014: 55%) vêm operando com o Grupo por mais de 2 anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes.

Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houveram alterações relevantes da política de crédito do Grupo desde sua implantação em 2005.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo de cliente foi:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Clientes - Atacado	125.852	106.195	125.852	106.195
Clientes - Varejo	32.919	52.324	32.919	52.324
Outros clientes	7.222	7.086	32.820	7.029
(-) Provisões	(13.333)	(10.288)	(13.333)	(10.288)
	<u>152.660</u>	<u>155.317</u>	<u>178.258</u>	<u>155.260</u>

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2014: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos bancos Itaú, Safra, Caixa e Santander. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

31.2.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as

obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos são apresentados, respectivamente, nas notas explicativas nº 19 e 20.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houveram alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

32 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
<u>Modalidade:</u>		
Responsabilidade civil	8.000	8.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	178.444	143.035
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	145.566	136.233
	<u>332.010</u>	<u>287.268</u>

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

J. MACÊDO S.A.
COMPANHIA ABERTA - CVM 2115-6
CNPJ Nº 14.998.371/0001-19
NIRE 23 3 00026799

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA
REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016 - (1ª/2016)

HORÁRIO, DATA E LOCAL: 14:00h (quatorze) horas, do dia 18 de fevereiro de 2016 excepcionalmente realizada nos escritórios da Companhia, na Cidade de São Paulo, Capital, sitos na Rua Verbo Divino, nº 1.207, Chácara Santo Antonio CEP 04719-002.

PRESENÇA: A maioria dos membros do Comitê de Auditoria, conforme assinaturas lançadas no final desta ata.

MESA: Presidida pelo Sr. **HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA** - Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2015”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG - Auditores Independentes aprovam, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2015, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

APROVAÇÃO: Unanimidade de votos.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: Humar Marques de Oliveira - Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria; Roberto Proença de Macêdo e Paulo Camillo - membros do Comitê de Auditoria.

CERTIDÃO: Certificamos que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Atas das Reuniões do Comitê de Auditoria. Fortaleza, 18 de fevereiro de 2016.

HUMAR MARQUES DE OLIVEIRA
Coordenador Executivo do Comitê
de Auditoria da Companhia





Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da J. Macêdo S.A, sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015.

Fortaleza, 19 de Fevereiro de 2016.

Luiz Henrique Lissoni
Diretor Presidente

Maria Otameiry de Araújo Furtado
Diretor

Bárbara Regina de Miranda Haschelevici
Diretor

Mauricio Favoretto
Diretor

Zótico Luis Schmitz da Silva
Diretor